

RELATÓRIO & CONTAS 2020



GOLDEN

Relatório & Contas 2020

Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto

NIPC/C.R.C. Porto 502 538 430

Capital Social 500.000 Euros



INTRODUÇÃO

Golden Assets – Sociedade Gestora De Patrimónios, S.A.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



ÍNDICE

- 1 Mensagem CEO
- 2 Estratégia 2020
- 3 Envolvente Macroeconómica
- 4 Governance
- 5 Atividade
- 6 Perspetivas
- 7 Proposta de Aplicação de Resultados
- 8 Considerações Finais

MENSAGEM DO CEO

2020 ficará na história, como um ano nada menos que extraordinário.



António Nunes da Silva

*Presidente do Conselho de Administração
Chief Executive Officer*

Num ano difícil, quero reforçar o apreço e o orgulho por termos sido capazes de viver e levar a cabo a ambição expressa, há precisamente um ano atrás, com a nossa assinatura: “*Vá mais longe*”.

Na Golden, cada um de nós foi mais longe, reinventando a sua forma de trabalhar, de se manter próximo dos clientes, de equilibrar desafios profissionais e obrigações familiares, de procurar soluções onde muitos apenas viam problemas, numa revolução tecnológica e digital sem precedentes na nossa história.

A absoluta consciência de que a nossa verdadeira vantagem competitiva é a capacidade de perceber os problemas dos clientes, de estar próximos deles e de encontrar soluções para os desafios que têm, fez-nos desenvolver duas novas linhas de negócio, GWM Corporate e GWM Real Estate, e novas soluções de investimento alinhadas com a situação dos mercados financeiros: a estratégia *Investment Trends*, *Economic Rebound* e o *PPR Alfa Top Gestores* são um excelente exemplo da nossa capacidade de inovar.

Lançámos um ponto de contacto semanal com os nossos clientes, a *Weekly News* que, todos os sábados, divulga a informação da semana, permitindo-lhes, numa rápida leitura, saber o que, de mais importante, aconteceu na economia e nos mercados.

Realizámos Webinars com temáticas pertinentes e demonstrativas da proximidade da Golden com os seus clientes.

Com tudo isto e com uma equipa verdadeiramente envolvida e num ano tão atípico como o de 2020, fomos capazes de crescer a nossa carteira de ativos sob acompanhamento.

Do ponto de vista económico, os resultados obtidos, pela Golden Wealth Management, refletem a volatilidade do primeiro semestre do ano e os seus impactos nas receitas, parcialmente recuperadas no segundo semestre, mas ainda insuficientes, para que os resultados do ano atingissem os valores esperados.

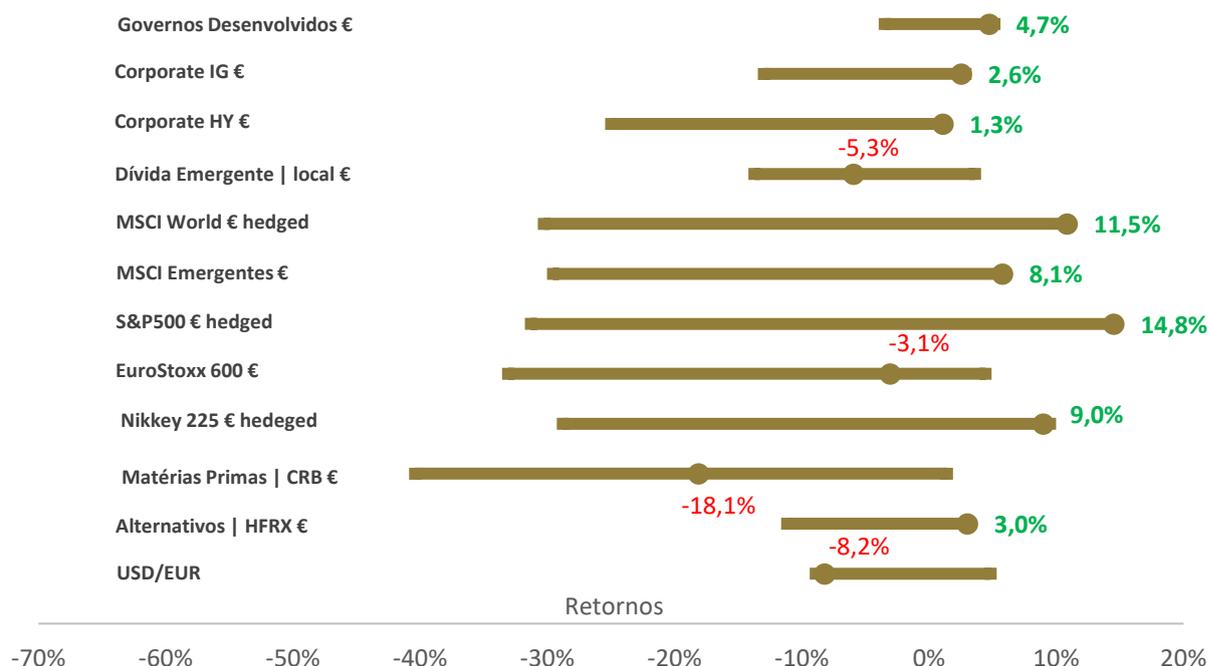
De 2020 fica também uma palavra de sentido reconhecimento aos nossos clientes, pela confiança demonstrada num ano tão desafiante, mas que serviu para reforçar a relação que fomos capazes de criar e manter com a convicção de que *“Juntos vamos mais longe.”*

ESTRATÉGIA 2020

Rentabilidades Consistentes

Apesar de duro, imprevisível e volátil, 2020 terminou o ano com as principais classes de ativos a ficarem muito perto dos máximos do ano.

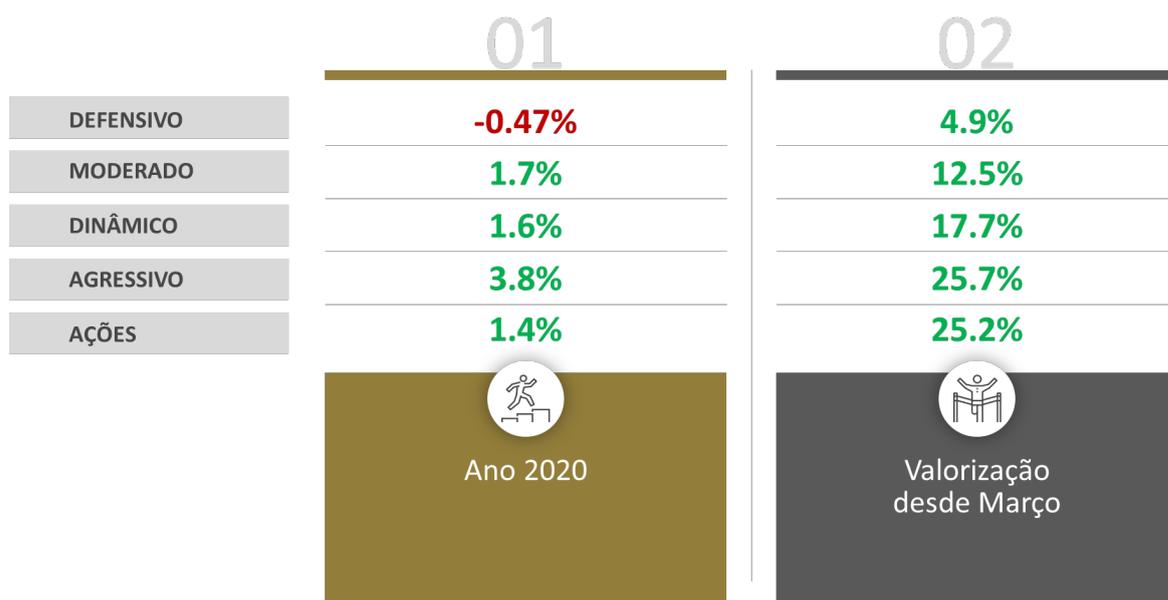
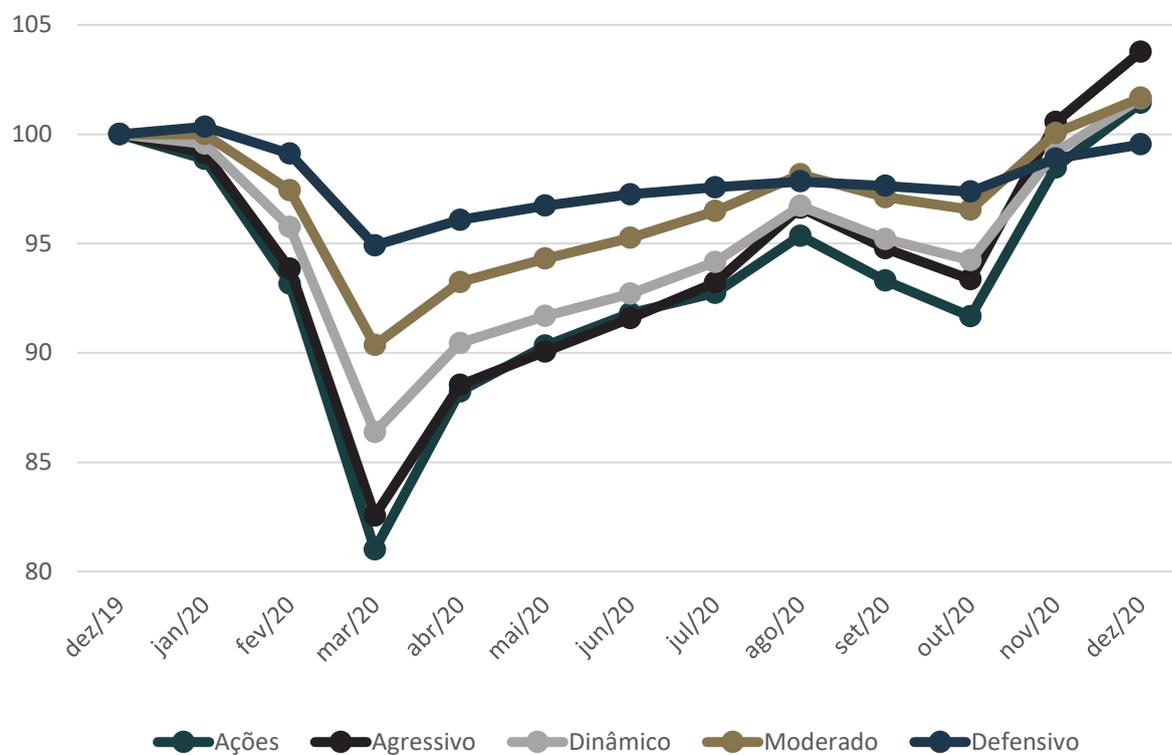
EVOLUÇÃO CLASSE DE ATIVOS 2020



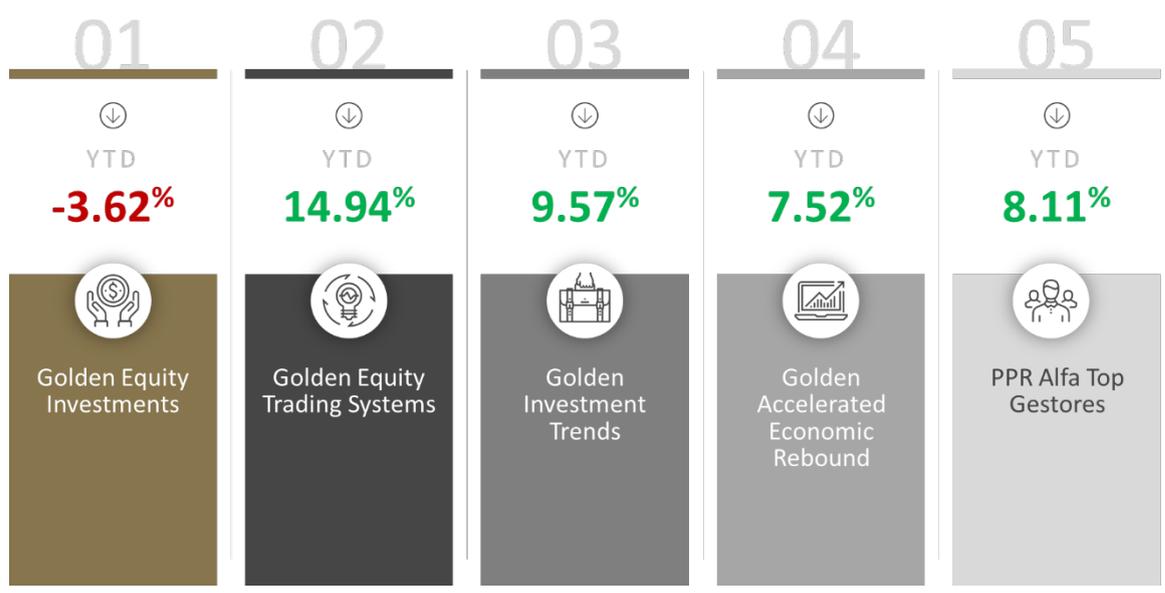
Com tudo isto, estamos em grande expectativa que 2021 seja um ano de voltar à realidade, um ano de recuperação económica, para continuar o bom desempenho para os mercados financeiros.

A Golden acredita que o mercado continuará a dar razão à importância da gestão ativa, da diversificação e da visão e perspetiva de longo prazo:

RENTABILIDADES PERFIS GOLDEN



Os resultados consistentes foram observados tanto ao nível dos perfis como das estratégias Golden, com destaque para as mais recentes GIT, GAER e PPR Alfa Top Gestores:



As nossas Pessoas

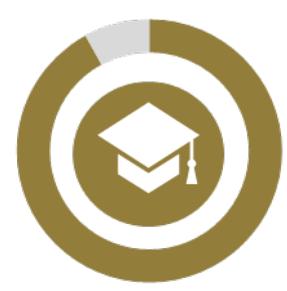


66

A Golden Wealth Management neste momento conta com **66 colaboradores.**

92%

92% dos nossos profissionais são qualificados ao nível do ensino superior.



35%

35% da equipa Golden Wealth Management é feminina

68%

Os colaboradores da Golden têm uma jovem média de idades, sendo que 68% deles ainda não tem 40 anos.



70%

A Golden Wealth Management tem o privilégio de contar com cerca de 70% dos colaboradores há mais de 5 anos.

A nossa Vantagem Competitiva



EXPERIÊNCIA

Desde 2000 que a GWM está focada na procura das melhores soluções para a gestão do património dos seus clientes, mantendo a independência, visão de longo prazo e ausência de conflitos de interesses como principais princípios da sua atuação.

COMPETÊNCIAS

A dimensão da equipa técnica e de research, a antiguidade no setor e a diversidade de experiência profissional da equipa são fatores diferenciadores que permitem que a Golden seja hoje uma das maiores e mais reconhecida empresa a fazer Financial Advising em Portugal.



ECOSSISTEMA

A GWM estabeleceu uma rede de parceiros nacionais e internacionais que permite a prestação dos serviços de uma forma inovadora. Procuramos o alinhamento de interesse, ao nível dos asset managers, custodiantes, instituições financeiras, mas também em parceiros de outras áreas que sejam referências na sua área de atuação.



CRESCIMENTO

A GWM tem know-how e histórico bem-sucedidos no crescimento da sua atividade core, com especial ênfase para o verificado através de uma singular cultura de parceria com Financial Advisors experientes e carteiras fidelizadas, baseada num total alinhamento de interesses.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia



Sérgio Silva

*Administrador
Chief Investment Officer*

O anúncio da chegada de um novo e altamente contagioso coronavírus rapidamente colocou em causa todas as previsões e ditou uma mudança de 180º graus nas perspetivas económicas.

No arranque de 2020, todas as estimativas de crescimento para os principais blocos económicos mundiais eram relativamente robustas, o que era justificável pela evolução positiva dos principais indicadores de atividade nos últimos meses de 2019. Previa-se um crescimento próximo de 2,0% nos EUA, dos 1% na Zona Euro e ligeiramente abaixo dos 6% na China, o que resultaria num crescimento económico a nível global de cerca de 3.3%. Contudo, o anúncio da chegada de um novo e altamente contagioso coronavírus rapidamente colocou em causa todas as previsões e ditou uma mudança de 180º graus nas perspetivas económicas, financeiras, políticas e até sociais para o ano de 2020!

Este novo coronavírus, cujos primeiros casos foram diagnosticados na China, obrigou o governo chinês a implementar rapidamente o isolamento total de várias cidades, entre as quais a cidade de Wuhan, a capital e maior

cidade da província de Hubei com mais de 10 milhões de habitantes. Todavia, a rápida propagação do vírus levou o número de infetados a atingir os milhares de casos e várias centenas de mortes em escassas semanas por toda a China.

A situação agravou-se, sendo que em fevereiro o vírus já tinha extravasado fronteiras atingindo outras geografias asiáticas e a Europa através da Itália! Rapidamente a propagação descontrolou-se levando muitos países europeus a imporem confinamentos e, portanto, a encerrar a atividade económica. Seguiram-se semanas de isolamento, com várias medidas de restrição social impostas nas principais economias ocidentais. Este cenário tornou uma recessão global inevitável. De acordo com os dados avançados pelo World Economic Outlook, a contração terá se fixado nos -3.5%, -3.4% e -7.2%, a nível global, nos EUA e na Zona Euro respetivamente. Estes valores tornam 2020 o pior ano, em termos de evolução do desempenho económico, desde a 2ª guerra mundial!

WORLD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

	Year over Year				Difference from	
	2019	Estimate	Projections		October 2020 WEO Projections 1/	
		2020	2021	2022	2021	2022
World Output	2,8	-3,5	5,5	4,2	0,3	0,0
Advanced Economies	1,6	-4,9	4,3	3,1	0,4	0,2
United States	2,2	-3,4	5,1	2,5	2,0	-0,4
Euro Area	1,3	-7,2	4,2	3,6	-1,0	0,5
Germany	0,6	-5,4	3,5	3,1	-0,7	0,0
France	1,5	-9,0	5,5	4,1	-0,5	1,2
Italy	0,3	-9,2	3,0	3,6	-2,2	1,0
Spain	2,0	-11,1	5,9	4,7	-1,3	0,2
Japan	0,3	-5,1	3,1	2,4	0,8	0,7
United Kingdom	1,4	-10,0	4,5	5,0	-1,4	1,8
Canada	1,9	-5,5	3,6	4,1	-1,6	0,7
Other Advanced Economies 3/	1,8	-2,5	3,6	3,1	0,0	0,0
Emerging Market and Developing Economies	3,6	-2,4	6,3	5,0	0,3	-0,1
Emerging and Developing Asia	5,4	-1,1	8,3	5,9	0,3	-0,4
China	6,0	2,3	8,1	5,6	-0,1	-0,2
India 4/	4,2	-8,0	11,5	6,8	2,7	-1,2
ASEAN-5 5/	4,9	-3,7	5,2	6,0	-1,0	0,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Update, janeiro 2021

OECD ECONOMIC OUTLOOK PROJECTIONS

Real GDP growth

% , year-on-year, colours indicate the direction of revisions since the December 2020 Economic Outlook

	2020	2021	2022		2020	2021	2022
World	-3,4	5,6	4,0	G20	-3,2	6,2	4,1
Australia	-2,5	4,5	3,1	Argentina	-10,5	4,6	2,1
Canada	-5,4	4,7	4,0	Brazil	-4,4	3,7	2,7
Euro area	-6,8	3,9	3,8	China	2,3	7,8	4,9
Germany	-5,3	3,0	3,7	India*	-7,4	12,6	5,4
France	-8,2	5,9	3,8	Indonesia	-2,1	4,9	5,4
Italy	-8,9	4,1	4,0	Mexico	-8,5	4,5	3,0
Spain	-11,0	5,7	4,8	Russia	-3,6	2,7	2,6
Japan	-4,8	2,7	1,8	Saudi Arabia	-4,0	2,6	3,9
Korea	-1,0	3,3	3,1	South Africa	-7,2	3,0	2,0
United Kingdom	-9,9	5,1	4,7	Turkey	1,8	5,9	3,0
United States	-3,5	6,5	4,0				

 downward revision, by 0.3pp or more
 no change or smaller than 0.3pp
 upward revision, by 0.3pp or more

Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

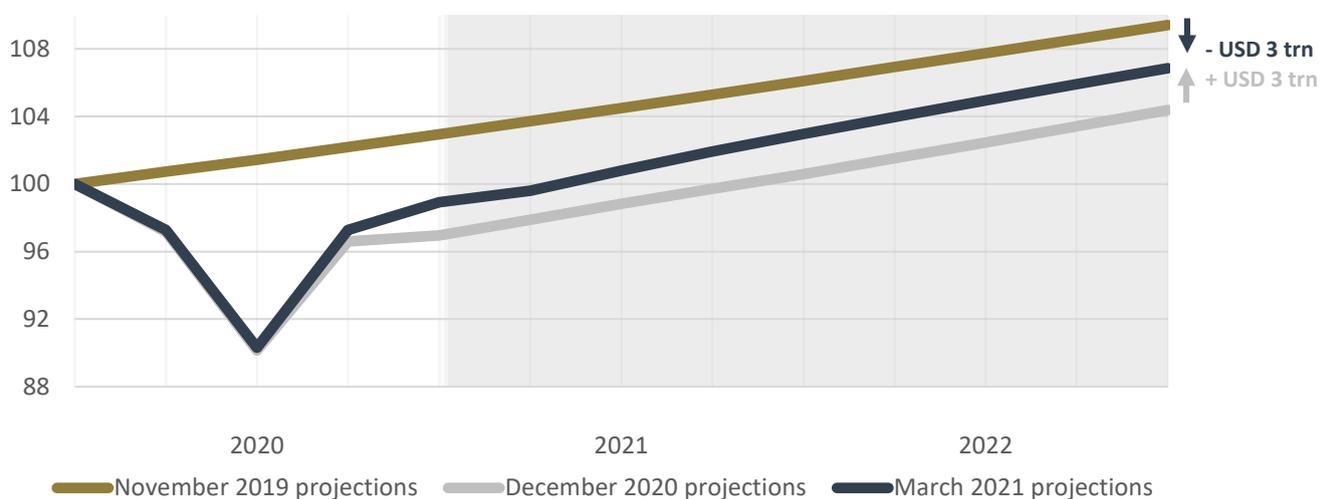
Bancos Centrais

O contexto económico extremamente negativo forçou a uma intervenção massiva dos principais bancos centrais ao longo de 2020. Para fazer face aos riscos resultantes da pandemia que poderiam ocorrer no mecanismo de transmissão da política monetária e nas perspetivas económicas da zona euro, o Banco Central Europeu, mantendo as taxas de juro em níveis negativos, implementou um novo de compra de títulos de dívida, o Programa de Compras de Emergência Pandémica (*Pandemic Emergency Purchase Programme - PEPP*). Este programa começou com um “envelope” financeiro de 750 mil milhões de euros, mas este valor teve de ser incrementado ao longo do ano e a sua extensão temporal teve de ser igualmente dilatada, terminando nos 1 850 mil milhões de euros de compromisso de compras até março de 2022. O BCE manteve também (e em alguns casos flexibilizou a sua composição) todos os restantes programas de compras de ativos que já se encontravam em vigor com o objetivo de fazer face à crise económica e promover a liquidez e estabilidade nos mercados. A Reserva Federal Norte-Americana também respondeu de forma veemente aos impactos da pandemia.

A FED para além de implementar vários programas de ajuda ao sistema financeiro, facilitando liquidez e as condições de crédito, cortou várias vezes a sua taxa de juro de referência, que passou do intervalo de 1.25% - 1.00% no início de março (e com a perspectiva de subida ao longo de 2020) para o intervalo atual de 0% - 0.25%!

Todos os bancos centrais das principais economias mundiais com destaque para o Banco Central de Inglaterra (BoE), Banco do Japão (BoJ), o Banco Central do Canadá, o Norges Bank (Noruega) e o Reserve Bank of Australia, acompanharam este movimento de implementação de políticas monetárias ultra expansionistas e implementaram planos de compras de títulos (programas de “*quantitative easing*”) e outras medidas de apoio aos seus respetivos sistemas financeiros. A ação dos bancos centrais foi decisiva na mitigação da crise em 2020, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação que se espera acelerará na 2ª metade de 2021.

GLOBAL ECONOMIC PROSPECTS HAVE IMPROVED



Fonte: OECD (2021), OECD Interim Economic Outlook, March 2021, OECD Publishing

A pandemia Covid-19 afetou também de forma profunda a atividade económica em Portugal. As medidas de isolamento social implementadas determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano de 2020. Com a atividade económica condicionada, a recessão foi especialmente gravosa, tendo o nosso PIB registado uma contração de -8.1%. Foram implementadas várias medidas extraordinárias de apoio à economia e ao emprego, como o regime simplificado do lay-off ou a concessão de moratórios de crédito. Contudo, esta crise acabou por expor de forma clara os desequilíbrios da nossa economia e a nossa excessiva dependência ao setor do turismo, um dos mais afetados pela pandemia, impactando igualmente o mercado de trabalho. A taxa de desemprego fixou-se nos 7.2%, e ao contrário do que é expectável em várias economias, e em especial na Zona Euro, o desemprego deverá continuar a crescer em 2021. Assim, a recessão que a economia portuguesa atravessou em 2020 foi a pior desde 1936 (e muito pior do que a crise de 1975 ou de 2012), quando Portugal foi duramente impactado pela Guerra Civil espanhola e consequente derrocada da economia do nosso principal parceiro económico.

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2020-23

	Peso 2019	BE DEZEMBRO 2020					BE OUT 2020	BE JUNHO 2020		
		2019	2020	2021	2022	2023	2020	2020	2021	2022
Produto Interno Bruto	100	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4	-8,1	-9,5	5,2	3,8
Consumo privado	63,9	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9	-6,2	-8,9	7,7	3,0
Consumo público	16,9	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7	1,2	0,6	0,7	0,8
Formação bruta de capital fixo	18,2	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0	-4,7	-11,1	5,0	4,5
Procura interna	99,8	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8	-5,0	-8,2	6,0	2,9
Exportações	43,5	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7	-19,5	-25,3	11,5	11,2
Importações	43,3	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1	-12,4	-22,4	13,5	8,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp)										
Procura interna		1,5	-2,6	2,6	1,5	0,8	-2,6	-3,2	3,3	1,4
Exportações de bens		0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3	-0,9	-0,9	0,9	0,4
Exportações de serviços		0,5	-4,8	-0,2	2,6	1,3	-4,6	-5,3	1,0	2,0
Emprego (número de indivíduos)		0,8	-2,3	0,0	1,3	0,9	-2,8	-4,5	2,0	1,5
Emprego (horas trabalhadas)		1,2	-10,8	7,3	2,9	0,9	-10,8	-7,6	5,4	1,5
Taxa de desemprego		6,5	7,2	8,8	8,1	7,4	7,5	10,1	8,9	7,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	-0,6	0,5	2,3	2,7	-0,6	0,3	0,3	0,3
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	-1,6	-1,9	-0,5	0,1	-1,9	-0,5	-1,3	-0,5
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1	0,0	0,1	0,8	1,1
Bens energéticos		-1,7	-5,3	-2,0	0,9	0,5	-4,9	-5,7	1,4	2,4
Excluindo bens energéticos		0,5	0,3	0,6	0,9	1,1	0,4	0,7	0,8	1,0

Fonte: Banco de Portugal (2020), Boletim Económico dezembro 2020

Evolução dos Mercados Financeiros em 2020

Em relação aos mercados, podemos caracterizar o ano de 2020 numa frase como “um ano de extremos”. Neste contexto o sentimento de pânico apoderou-se dos investidores nas últimas sessões de fevereiro e nas primeiras semanas de março e a volatilidade nas bolsas atingiu níveis inauditos. O mês de março foi o mais volátil de sempre na bolsa de Nova Iorque com o SP&500 a registar uma variação média diária de 4.8%, e com variações intra sessão de dois dígitos (amplitudes superiores a 10% entre mínimo e máximo da sessão) em várias sessões! Não foi só a volatilidade a assumir níveis extremos, a velocidade da queda do mercado também constituiu um marco histórico com SP&500 a corrigir cerca de 35% em pouco mais de 20 sessões de bolsa e tivemos também a pior semana para os mercados financeiros desde a semana do crash da Black Monday de 1987. Mas, se a queda teve uma violência inédita, igualmente ímpar, do ponto vista histórico, foi a recuperação! Impulsionados pela atuação concertada das autoridades monetárias e políticas (com estímulos fiscais) os principais índices mundiais (os índices norte-americanos) registaram a recuperação mais rápida da história: foram apenas necessário cerca de 100 dias de bolsa para o S&P500 eliminar totalmente as perdas de fevereiro/março! No entanto, nem todas as geografias tiveram a mesma evolução 2020. O ano fica também marcado por uma forte dispersão do ponto de vista do desempenho dos principais índices de referência dos grandes blocos económicos, com a Europa claramente a ficar para trás e um claro avanço dos índices norte-americanos e asiáticos. Essa dispersão foi ainda mais acentuada ao nível setorial com a tecnologia a liderar os ganhos e o setor da energia e a liderar as perdas. Estabeleceu-se também um novo marco histórico na diferença de desempenho num ano entre o melhor e pior setor do SP&500. Em resumo, apesar de todos estes extremos e contrariedades, o ano de 2020 acabou, surpreendentemente, por ser positivo (embora com ganhos relativamente modestos) para a generalidade dos investidores que se mantiveram fiéis às suas convicções e posicionamento.

O avanço nas campanhas de vacinação e a enorme dimensão programas de estímulos que se encontram em marcha neste arranque de 2021 deixa-nos a expectativa de que 2021 será um ano de forte recuperação económica e que “em breve” será possível o regresso à “normalidade” a todos os níveis, a que abre perspetivas para o continuar do bom desempenho das bolsas, principalmente alicerçado nas empresas dos setores mais cíclicos!

RENTABILIDADES 2020

Classe de Ativos	Sub-Classe	EUR	Moeda local
Obrigações	Euro Treasury	4,72%	4,72%
	Euro Corporate	2,60%	2,60%
	Euro HY	1,29%	1,29%
	EM Local	-5,34%	-5,34%
Ações	MSCI World	11,49% (*)	15,78%
	MSCI EM	8,16%	18,14%
	S&P 500	14,81% (*)	18,37%
	EuroStoxx 600	-3,06%	-3,06%
	Nikkei 225	8,97% (*)	18,28%
Commodities	Commodities CRB	-18,12%	-10,64%
Alternativos	Hedge Funds	3,00%	6,81%
USD/EUR	USD/EUR €	-8,22%	
(*) € Hedged			



João Correia de Matos

*Administrador
Chief Legal Officer*

Nesta matéria, a pandemia fez com que cenários de evolução futura nos contactos pessoais e de trabalho por influência da crescente digitalização das relações sociais, tivessem sofrido uma antecipação de vários anos.

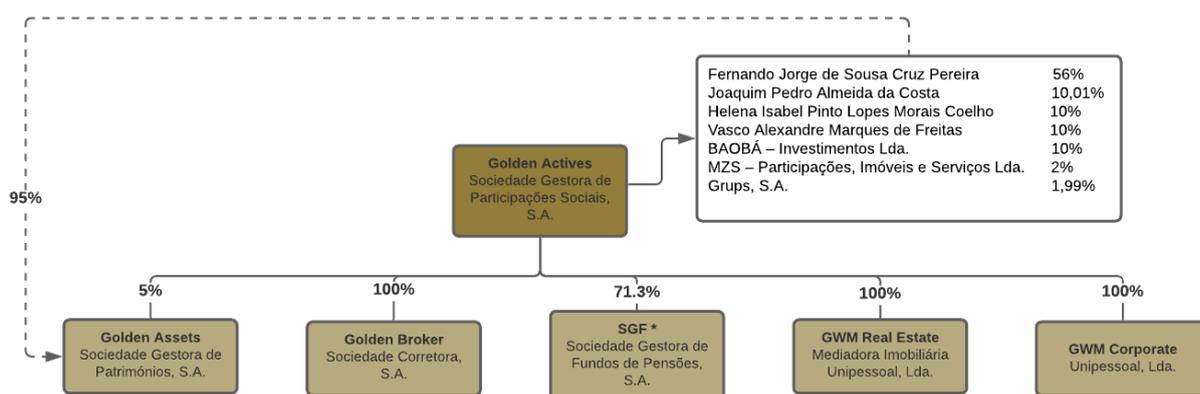
nas décadas mais recentes, uma mudança tão súbita como esta. No que concerne a atividade da Golden, a adaptação foi muito rápida, generalizando-se a toda a organização o teletrabalho num período de 15 dias durante o mês de março de 2020. Por sua vez, na vertente comercial foi possível, a partir de abril, completar o processo de abertura de novos clientes mediante o recurso à gravação de videoconferência, sendo que estas alterações foram possíveis pela verificação prévia do Compliance que se mostravam asseguradas as exigências de autenticidade, inviolabilidade e arquivo dessas gravações.

O ano de 2020 levou a um esforço de adaptação da função de Compliance a uma nova realidade, desde logo porque o contacto presencial com os novos e atuais clientes se tornou a exceção em vez de ser a regra. O distanciamento social foi acompanhado pelas alterações legislativas implementadas pelo Governo, bem como pelas orientações e regras emitidas pelas entidades reguladoras, nomeadamente a nível da comprovação e validade dos documentos e meios de identificação. Por sua vez, o teletrabalho tornou-se uma realidade para uma percentagem significativa de empresas graças ao desenvolvimento e disponibilidade da videoconferência e das ferramentas digitais colaborativas. Nesta matéria, a pandemia fez com que cenários de evolução futura nos contactos pessoais e de trabalho por influência da crescente digitalização das relações sociais, tivessem sofrido uma antecipação de dez ou mais anos. Provavelmente nunca terá havido,

1. Estrutura da organização, composição acionista, direito de voto, transmissão de ações e regulação

No setor financeiro, o grupo Golden é composto pelas 4 empresas, Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”), Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”) e SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“SGF”). A Golden Actives detém 100% do capital social da Golden Broker, 5% do capital social da Golden Assets (sendo que os restantes 95% do capital social da Golden Assets são detidos diretamente pelos acionistas da Golden Actives) e 71,30% do capital social da SGF.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



Enquanto a Golden Actives funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Assets, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros, e pela SGF, respetivamente gestão de fundos de pensões. A seguir, detalha-se a estrutura orgânica da Golden Actives, Golden Assets e da Golden Broker, sendo que para o detalhe da SGF deverá ser consultado o respetivo Relatório & Contas.

Quer a Golden Assets, quer a Golden Actives, cada uma tem o capital social no valor de 500.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações nominativas tituladas ou escriturais, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação. A Golden Broker tem o capital social no valor de 350.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 70.000 ações nominativas escriturais ou tituladas, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Assets, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e Golden Actives, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessará se e quando a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações.

Para efeitos do regime legal aplicável, a Golden Assets e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”). A Golden Actives está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

De acordo com a lei, a Golden Assets e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

2. Órgãos Sociais e Comissões/Comités

A Golden Actives, a Golden Assets e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (no caso da Golden Actives, Fiscal Único). O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo.

2.1. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Assets está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na Golden Actives não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas).

2.2. Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Assets e da Golden Actives, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração (Presidente e dois vogais, idênticos para as três sociedades), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

António Nunes da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Desde 2017

Administrador não executivo da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Desde 2016

Presidente do Conselho de Administração das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2004-2013 –Barclays Bank

2013 Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica

2012 Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) | Membro da Comissão Executiva Ibérica

2010-2012 Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2004-2010 Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

2001-2004 – Banco Comercial Português

Diretor

1991-2001 – Banco Pinto & Sottomayor

1995-2001 Diretor Comercial e Diretor Regional

1991-1995 Diretor de Agência

Sérgio Silva

Administrador

Desde 2000

Chief Investment Officer da Golden Assets e, desde 2013, Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2007

Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde leciona a disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

2006

Bolseiro FCT

2000-2006

Professor Auxiliar Convidado, na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique (Departamento de Economia), nas disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004).

2001-2006

Professor Adjunto convidado no Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças

João Correia de Matos

Administrador

Desde 2003

Chief Legal Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

2012-2013

Administrador no Conselho de Administração da PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

2005-2013

Administrador no Conselho de Administração da InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A

2003-2005

Vogal da Direção da Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A

1998-2002

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A:

Auditor e depois Vice-Presidente da European Central Securities Depositories Association (2000 a 2002)

1995-1998

Vogal do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

1988-1995

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações da Bolsa de Valores do Porto (BVP)

2.3. Conselho Fiscal

Em substituição do anterior modelo de Fiscal Único, a sociedade passou a ter um Conselho Fiscal que iniciou as suas funções em finais de julho de 2019, após os respetivos membros terem obtido a devida autorização pelo Banco de Portugal. O Conselho Fiscal tem um mandato de duração idêntico ao dos restantes órgãos sociais, e os seus membros (Presidente, dois vogais, idênticos e um Suplente), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:

Presidente do Conselho Fiscal: Pedro Pimentel

1997

Doutoramento em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

1987

Mestrado em Engenharia Estrutural, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

1983

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica, pela Escola Técnica Superior de Ingenieros Aeronáuticos da Universidade Politécnica de Madrid

Desde 2003

Membro da Direção da AESE e CFO, responsável pelas atividades da AESE no Porto e pela relação com a ASM (Angola School of Management – Angola)

De dezembro de 2015 a fevereiro de 2019

Administrador Independente do BCG; Presidente da Comissão de Risco do Banco.

De julho de 2013 a agosto de 2016

Vogal, não executivo, do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA; Membro da Comissão de Risco.

De 1997 a 2002

Diretor Geral da PRIME – Consultores de Empresas

Cargos Académicos:

Diretor do Programa PADE da AESE (1997-2002)

Membro do Comité para MBA Executivo do EFMD (European Foundation for Management Development).

Assistente da Área de Produção e Sistemas da Unidade de Engenharia da Universidade do Minho (1987-1989)

Assistente Estagiário da Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade do Porto (1983-1987)

Vogal do Conselho Fiscal: André Miranda2003

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Frequência com aproveitamento da parte curricular do 2.º Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2007-2008).

2005

Inscrito na Ordem dos Advogados

Desde 2018

Sócio fundador da Pinto Ribeiro, Miranda, André, Antunes & Associados – Sociedade de Advogados SPRL, da qual é atualmente sócio administrador.

De 2011 a 2018

Entre 2011 e 2013, exerceu advocacia em prática individual até fundar, no final de 2013, a André, Miranda e Associados, da qual foi sócio administrador.

De 2010 a 2011

Diretor na Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, com responsabilidade pela direção e coordenação do Planeamento Legislativo do Ministério da Justiça e das Estatísticas da Justiça.

De 2005 a 2010

Chefe do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares do XVIII Governo Constitucional e adjunto e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XVII Governo Constitucional

Outros cargos

É membro da International Bar Association (IBA).

É árbitro no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

Vogal do Conselho Fiscal: Helena Coelho

Licenciatura em Economia pela Universidade Portucalense no Porto;

Pós Graduação em Gestão de Risco e Derivados pela Católica Porto Business School

Frequência do Mestrado em Finanças pela Católica Porto Business School

Desde 2014

Administradora da sociedade GLD PARTNERS - SGPS, S.A.

Em 2013

Administradora da sociedade Vintageburgo - Representação Comercial, Lda.

Desde 2012 a 2013

Vogal do conselho de Administração da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

Desde 2006 a 2013

Vogal do conselho de Administração da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.

Suplente do Conselho Fiscal: Paulo Magalhães e Silva

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Portucalense Infante D.

Henrique

Desde 1990

Inscrito na Ordem dos Advogados

Desde 2002

Advogado da sociedade de advogados Magalhães e Silva, Velloso Ferreira, Brochado e Associados desde a constituição em 2002, de que foi fundador e é sócio administrador.

2.4. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José de Sousa Santos, tendo como suplente Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha.

2.5. Comissões / Comités

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

a. Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações

Na Golden Assets e na Golden Broker, existe a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), a qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2016. Os membros dos órgãos sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Fiscal Único, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. A CSAR é composta por 3 membros, respetivamente o Presidente, Pedro Quintela (independente), e dois vogais, Fernando Pereira e Alfredo Pinto Menezes (ambos acionistas) e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa.

A CSAR tem as seguintes competências:

a) Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;

- b) Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- c) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;
- d) Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

b. Comité de Investimentos

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO – *Chief Investment Officer*) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes e com o objetivo de dotar o Comité com a melhor informação disponível, o Comité de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2020, o acompanhamento dos mercados em resultado da pandemia originou um acréscimo substancial da atividade do Comité de Investimentos, tendo este realizado 105 reuniões, das quais 48 ocorreram foram do calendário normal.

O Comité de Investimentos tem as seguintes competências:

- a) Analisar e discutir os dados macroeconómicos;
- b) Analisar e discutir a evolução dos mercados;
- c) Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;
- d) Validação da materialização do asset allocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;
- e) Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;
- f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;

- g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.

3. Compliance, Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro. Neste âmbito, a Golden Assets e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:

- a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
- b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
- c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
- d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de autoavaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

A Golden Assets continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2020 com um rácio de fundos próprios totais de 27,73%, em muito superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2020 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Assets eram de 538.933€, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 1.867.786€, o que implica um excesso de fundos próprios de 1.328.852€.

Em termos económicos, os proveitos da empresa, fundamentalmente derivados das comissões de gestão e de consultoria auferidos, não foram suficientes para compensar os custos incorridos, levando a que o exercício apresente um resultado líquido negativo. Esse resultado é explicado em grande parte pelo investimento realizado na contratação de novos Financial Advisors, pessoas de elevada experiência profissional e que permitiram já a captação de novos clientes cuja influência se fará sentir mais acentuadamente em exercícios posteriores, bem como pelo impacto da Covid-19 na desvalorização sofrida pelos mercados financeiros e seu efeito na diminuição do valor das carteiras dos clientes, especialmente sentida na primeira parte do ano. A recuperação sentida nos últimos meses do ano, permite antecipar, como a seguir se expõe, que a sociedade está em condições de melhorar esse resultado em 2021.

No anterior relatório, a evolução sentida durante o primeiro trimestre de 2020 tinha permitido à Golden afirmar o seguinte: « os efeitos da gestão da Golden Wealth Management e a sua preocupação em comunicar, atempada e continuamente, com os seus clientes sobre a evolução da situação, têm permitido constatar que esse esforço tem sido bem compreendido, com a manutenção da generalidade das carteiras dos clientes, pelo que a nossa perspetiva para 2020 é que a atividade da Golden Wealth Management ainda venha evidenciar um crescimento, novamente no segmento de retalho, quer em número de clientes, quer em volume de ativos sob gestão/”advising”.»

O desempenho verificado durante todo o ano de 2020 permitiu consolidar e comprovar esse crescimento, sendo de realçar as excelentes rentabilidades alcançadas pelas decisões de gestão assumidas. O acompanhamento contínuo e exaustivo dos mercados permitiu antecipar os efeitos da retoma da atividade económica nos países e sectores mais expostos aos efeitos dessa retoma. Acreditamos que os efeitos da gradual recuperação mundial para uma situação de pré-pandemia continuará a ser feita de forma desigual, com vários fatores conflituantes a terem que ser levados em conta e, por isso, a exigir uma capacidade de gestão ativa e profissional. O mundo continua a evoluir, e a recuperação não será apenas para um regresso ao passado, será também para afirmar novos vencedores nos mercados financeiros e económicos. O ano de 2021 aparenta, por isso, vir a ser um ano de crescimento para a Golden em termos de captação de novos clientes e aumento dos ativos sob gestão.

Nesse sentido, tal como o ano passado, a nossa perspetiva é que a Golden Assets continua a ambicionar manter-se a referência, no panorama nacional de gestão de ativos, com uma das maiores sociedades gestoras independentes com sede em Portugal.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo no montante de 321.182,58 € para resultados transitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

33

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo apoio e diligência demonstrados,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 17 de junho de 2021

O Conselho de Administração

António José Nunes da Silva

Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos

Vogal

Sérgio Ferreira da Silva

Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIO, S.A.
BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	Notas	Ano			Ano anterior (31-12-2019)	Notas	Ano	Ano anterior (31-12-2019)
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3=1-2				
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1 389		1 389	1 149		10 696	85 230
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	1 109 037		1 109 037	797 225	6	561 168	527 133
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	79 313		79 313	53 585	7		
Aplicações em instituições de crédito	3	0		0	750 000			
Outros ativos tangíveis	5	1 002 316	720 554	281 762	303 317		500 000	500 000
Ativos intangíveis	5	168 919	142 114	26 805	21 279	8	125 000	125 000
Ativos por impostos correntes	6	42 114		42 114	27 525	9	1 590 853	1 358 363
Outros ativos	7	935 495	9 383	926 113	874 137	10	(321 183)	232 491
Total de Ativo		3 338 585	872 050	2 466 534	2 828 216	18	1 894 670	2 215 853
							2 466 534	2 828 216
Passivo								
Passivos por impostos correntes								
Outros passivos								
Total de Passivo								
Capital								
Capital								
Outros instrumentos de capital								
Outras reservas e resultados transitados								
Resultado do exercício								
Total de Capital								
Total de Passivo + Capital								
Rúbricas Extrapatrimoniais								
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.							Ano	Ano anterior
Valores administrados pela Instituição							115 707	92 968
							367 712 113	303 216 707

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	2 048	2 464
Juros e encargos similares	0	0
Margem financeira	2 048	2 464
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos de serviços e comissões	3 151 044	4 703 807
Encargos com serviços e comissões	(1 276 898)	(1 897 715)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(1 313)	(1 521)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	0
Resultados de reavaliação cambial	(9 683)	17 175
Resultados de alienação de outros activos	0	0
Outros resultados de exploração	34 685	48 597
Produto bancário	1 899 883	2 872 807
Custos com o pessoal	(943 657)	(990 548)
Gastos gerais e administrativos	(1 212 076)	(1 274 408)
Amortizações do exercício	(54 638)	(56 904)
Provisões líquidas de reposições e anulações	0	(233 226)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	0	0
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	0	0
Resultado antes de impostos	(310 487)	317 721
Impostos		
Correntes	(10 696)	(85 230)
Diferidos		
Resultado após impostos	(321 183)	232 490
Resultado por ação		
Básico	(3,21)	2,32
Diluído	(3,21)	2,32

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2020	Ano anterior (31-12-2019)
Resultado líquido do exercício		(321 183)	232.490
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		0	0
Rendimento integral do exercício		(321 183)	232.490

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores Expressos em Euros)

	Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2019		500 000	125 000	1 260 309	98 053	1 983 362
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2018:						-
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	98 053	(98 053)	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019		-	-	-	232 490	232 490
Saldo em 31 de dezembro de 2019		500 000	125 000	1 358 363	232 490	2 215 853
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2019:						-
Transferência para reservas e resultados transitados	10	-	-	232 490	(232 490)	-
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	(321 183)	(321 183)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		500 000	125 000	1 590 853	(321 183)	1 894 670

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (Valores Expressos em Euros)

	31-12-2020	Ano anterior (31-12-2019)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	5.153.677	6.586.748
Juros, comissões e encargos similares pagos	-1.628.911	-2.268.698
Pagamentos ao pessoal	-989.568	-1.027.289
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	-162.257	-107.227
Resultados de reavaliação cambial	-9.683	17.175
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	-2.786.565	-3.170.937
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	-423.308	29.771
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Aplicações em instituições de crédito	750.000	250.000
Outros ativos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	750.000	250.000
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	0	0
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	0	0
Fluxo das atividades operacionais (1)	326.692	279.771
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	0	0
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	-14.639	-10.032
Fluxo das atividades de investimento (2)	-14.639	-10.032
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	0	0
Fluxo das atividades de financiamento (3)	0	0
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	312.053	269.740
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	798.374	528.634
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	1.110.427	798.374

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS. S.A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Montantes expressos em Euros)

Discriminação Dos Componentes De Caixa E Seus Equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

		2020	2019
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10	1 389	1 149
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	1 109 037	797 225
Caixa e seus equivalentes		1 110 427	798 374
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	13	-	750 000
Disponibilidades constantes do balanço		1 110 427	1 548 374

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A. (adiante designada por “GOLDEN ASSETS” ou “Sociedade”) foi constituída em 21 de março de 1991, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto social a administração de valores mobiliários propriedade de terceiros e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), ao abrigo do determinado no Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Durante o exercício de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i. Ativos financeiros

i.1. Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em resultados

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda é reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante

de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transmissão	3
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

O património artístico não é objeto de amortização. São obtidas regularmente avaliações para determinar se o património artístico pode estar em imparidade. Caso seja aplicável, estas avaliações determinam o correspondente registo de imparidade na demonstração de resultados.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de *software*, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são

incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2020.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e de consultoria, registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 11).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

A Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

(i) componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

(ii) componente variável (performance) é calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

A atividade da Sociedade, gestão contratada de ativos, encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais. Estas rubricas referem-se, essencialmente, às carteiras de ativos geridas pela Sociedade. Estas carteiras, para além de disponibilidades, incluem valores mobiliários. Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado ou pelo justo valor e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 20).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos

investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento do recebimento) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

l) Rédito e especialização de exercícios

Na sua atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado (respetivamente), sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou

não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3. ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

1.4. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2019.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais.

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

		2020	2019
Aplicações em instituições de crédito no país:			
- Depósitos a prazo	13	-	750 000

4. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estas rubricas referem-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2019	Valor de Balanço 31.12.2018	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 2,20% 10 2022	50 000	1,00 €	107,17%	53 585	0	53 910

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2020	Valor de Balanço 31.12.2019	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 2,20% 10 2022	75 000	1,00 €	105,31%	79 313	53 585	80 617

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores.

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o movimento nos “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2020				Saldo Final
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	144 949	23 970	0	0	168 919
	144 949	23 970	0	0	168 919
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	361 050	0	0	0	361 050
Mobiliário e material	150 093	0	0	0	150 093
Máquinas e ferramentas	13 494	0	0	0	13 494
Equipamento informático	178 423	14 247	0	0	192 670
Equipamento de Transmissão	3 048	392	0	0	3 440
Equipamento de Ambiente	23 106	0	0	0	23 106
Equipamento de segurança	21 088	0	0	0	21 088
Património Artístico	237 375	0	0	0	237 375
	987 677	14 639	0	0	1 002 316
Total	1 132 626	38 609	0	0	1 171 235

Rubricas	2020				Saldo Final
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	
Ativos Intangíveis					
Sistemas de tratamento automático de dados	123 670	19 089	646	0	142 114
	123 670	19 089	646	0	142 114
Outros Ativos tangíveis					
Obras em imóveis arrendados	337 799	17 593	0	0	355 392
Mobiliário e material	127 978	7 248	0	0	135 226
Máquinas e ferramentas	13 420	107	0	0	13 527
Equipamento informático	178 701	7 734	0	0	186 435
Equipamento de Transmissão	3 048	188	0	0	3 236
Equipamento de Ambiente	4 790	2 622	0	0	7 412
Equipamento de segurança	18 625	57	0	0	18 682
Património Artístico	0	646	0	0	646
	684 361	36 194	0	0	720 555
Total	808 031	55 284	646	0	862 669

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos por impostos correntes são como se segue:

	2020	2019
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	42 114	27 525

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser demonstrada como segue:

	2020		2019	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		(310 487)		317 721
Imposto apurado com base na taxa nominal		-		66 494
Tributação autónoma		10 696		13 986
Outros (Derrama)		-		4 750
Imposto apurado com base na taxa efetiva		10 696	26,83%	85 230
Do qual:				
Impostos correntes				85 230

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2016 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2020 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2020	2019
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	10 696	85.230

7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	2020	2019
Devedores diversos:		
Clientes	663 867	897 166
Outros devedores	2 932	15 288
	666 799	912 454
Proveitos a receber:		
Comissões a receber	155 210	25 853
Juros a receber		386
	155 210	26 238
Despesas com encargos diferidos:		
Seguros	6 051	6 202
Rendas	16 950	17 603
Outros	70 946	88 064
	93 946	111 869
Outros ativos - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	-	40 076
Outros	19 539	16 726
	19 539	56 801
	935 495	1 107 363

O saldo da rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2020 refere-se, essencialmente, às comissões devidas pelos mesmos relativamente a prestações de serviços efetuadas durante o mês de dezembro, as quais foram recebidas durante os primeiros dias de 2021 (Nota 1.2.g).

O saldo da rubrica “Comissões a receber” em 31 de dezembro de 2020 refere-se às comissões especializadas, mas ainda não faturadas aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	2020	2019
Fornecedores e outros credores:		
Fornecedores	39 482	202 297
	39 482	202 297
Encargos a pagar:		
Gastos com pessoal	128 169	120 506
Outros custos administrativos	322 302	174 015
	450 471	294 521
Outras exigibilidades - Setor Público Administrativo:		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	12 950	16 651
Contribuições para a Segurança Social	13 165	13 664
IVA - a pagar	45 101	-
	71 215	30 316
	561 168	527 133

O saldo da rubrica “Fornecedores” tem maturidade até 3 meses.

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital da Sociedade era representado por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas, em exercícios anteriores, pelos acionistas da Sociedade, no montante de 125.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o capital próprio da Sociedade, após essa restituição, não ficar inferior ao somatório do capital social e reserva legal.

10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2020	2019
Reserva legal	207 275	193 831
Resultados transitados	1 383 578	1 164 532
	1 590 853	1 358 363

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de maio de 2020 aprovou a transferência do resultado líquido do exercício de 2019 para “Outras reservas e resultados transitados” como segue:

Reserva legal	23 249
Resultados transitados	209 241
	232 490

11. RENDIMENTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Sendo o objeto social da Sociedade a administração de bens por conta de terceiros e a prestação de consultoria em matéria de investimento, estes proveitos, registados sob a forma de comissões, representam aproximadamente 96%, do total de proveitos imputados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As comissões cobradas incidem sobre uma base representativa da carteira de cada cliente valorizada de acordo com os princípios acordados entre as partes. Desta forma, para efeitos de cálculo da comissão de gestão, os ativos que compõem as carteiras dos clientes são valorizados de acordo com o Aviso nº 3/04 de 23 de junho, aplicável às sociedades gestoras de patrimónios (Notas 1.2 g) e h)).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Comissões de gestão fixas	1 764 382	2 325 433
Comissões de gestão variáveis	441 005	951 113
Comissões relativas a serviços de consultoria	945 658	1 427 261
	3 151 044	4 703 807

12. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Comissões	(1 269 734)	(1 889 219)
Serviços bancários	(7 164)	(8 496)
	(1 276 898)	(1 897 715)

13. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 14)	(91 777)	(91 761)
Remunerações dos colaboradores	(655 512)	(691 758)
Encargos sociais obrigatórios	(175 726)	(189 221)
Outros custos com pessoal	(20 642)	(17 809)
	(943 657)	(990 548)

O número médio de trabalhadores e administradores executivos ao serviço da Sociedade encontrava-se repartido da seguinte forma:

	2020	2019
Administradores executivos	3	3
Diretores	2	1
Pessoal técnico	19	28
Pessoal administrativo	2	1
	26	33

14. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração ascenderam a 91.777 Euros e 91.761 Euros, respetivamente (Nota 13).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser discriminadas como segue:

	2020	2019
António Nunes da Silva	54 316	54 301
João Matos	18 730	18 585
Sérgio Silva	18 730	18 875
	91 777	91 761

Em 31 de dezembro de 2020 e ao longo do exercício, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. que auferiu uma remuneração de 8.600 Euros pelo serviço de revisão legal de contas do exercício e ainda 2.000 Euros pela prestação de outros serviços.

15. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Serviços especializados	(731 267)	(586 304)
Rendas e alugueres (Nota 17)	(172 009)	(189 926)
Deslocações e estadas	(147 783)	(187 505)
Rendas de locação operacional	(24 984)	(36 313)
Comunicações	(35 121)	(46 390)
Publicidade	(30 779)	(65 789)
Outros	(70 134)	(162 180)
	(1 212 076)	(1 274 408)

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica pode ser desagregada como segue:

	2020	2019
Contribuições para o sistema de indemnizações	(3 000)	(3 000)
Outros custos	(90 298)	(44 342)
	(93 298)	(47 342)
Cedências de pessoal	87 492	75 906
Outros ganhos e rendimentos	40 491	20 033
	127 983	95 939
	34 685	48 597

17. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Active, outras sociedades com acionistas comuns e com sociedades relacionadas foram como segue:

	31.12.2020						
	Solid Assets	Golden Broker	GLD Serviços	SGF	Vintageb urgo	IMF	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(152 400)						
Custos com cedência de pessoal		(174 324)					
Comissões suportadas		(175 175)			(118 341)	(22 449)	(67 375)
Serviços especializados			(90 000)				
Rendimentos relativos a comissões				63 398			
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros		58 853		28 630			
Taxa de supervisão				14 236			
	31.12.2019						
	Solid Assets	Golden Broker	GLD Serviços	SGF	Vintageb urgo	IMF	Vasco Freitas
Rendas e alugueres	(161 500)						
Custos com cedência de pessoal		(171 932)					
Comissões suportadas		(267 527)			(794 580)	(7 689)	(68 765)
Serviços especializados			(90 000)				
Rendimentos relativos a comissões				52 450			
Rendimentos relativos a cedência de pessoal/Outros		61 960		16 174			

18. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2020	2019
- Resultado Líquido do exercício	(321 183)	232 490
- Número médio ponderado de ações	100 000	100 000
- Resultado por ação:	(3,21)	2,32

19. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de junho de 2021. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

20. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
- Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	115 707	92 968
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
- Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h)	367 712 113	303 216 707

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado ascende a 79.313 Euros e 53.585 Euros, respetivamente (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos geridos pela Sociedade apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Obrigações, ações e ETF's	139 115 930	91 400 133
OIC's	111 812 139	106 233 178
Disponibilidades e Dep. Prazo	40 304 583	31 216 357
Outros instrumentos financeiros	75 956 566	74 377 040
	367 189 219	303 226 708

Os ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2.h).

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2019 que a seguir se discriminam:

Nome	Nº Ações 31/12/2018	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2019	% Participação e direito de voto
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	9.500			9.500	9,5%

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Assets foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2016 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 29 de junho de 2020 e a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN ASSETS

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (Golden Assets).

A - Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Assets tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Assets;
- no estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Assets.

No que diz respeito aos responsáveis pelo *Compliance* e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Assets.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Assets deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

B – Política de Remuneração da Golden Assets

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

Desempenho

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- pela sociedade;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Competitividade

A Golden Assets procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Assets tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e *know how* capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

Estratégia

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Assets, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

Alinhamento com os Acionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

Controlo do Risco

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

C - Componentes da remuneração

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) Os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são remunerados em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Assets;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

Remuneração Variável:

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;

- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

Benefícios

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

D - Aspetos complementares

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Os montantes pagos aos administradores em 2019, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 187.033 euros.

COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

1. A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.
2. Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:
 - 2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;
 - 2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.
3. O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.
4. Compete à CSAR:
 - 4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
 - 4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
 - 4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Assets;
 - 4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Assets.
5. A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.
6. As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.
7. Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.
8. Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 2.467 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.895 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 321 milhares de euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.g) e 11 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2020 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 3.151.044 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e cálculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
<p>Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.h) e 20 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2020 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 367.712.113 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de dezembro de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de junho de 2021



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. ,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (de ora em diante designada «Golden Assets»), apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da Golden Assets reportados ao exercício de 2020.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da Golden Assets.

No âmbito das suas funções, com a periodicidade considerada adequada, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da atividade da Golden Assets.

No que concerne o Relatório e Contas de 2020 o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração bem como os documentos de prestação de contas, que englobam o Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração de rendimentos integral, a Demonstração de fluxos de caixa e a Demonstração das alterações de capital próprio e respetivos anexos.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal de Contas emitida pela PKF & Associados, Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e obteve desta as informações que considerou necessárias no âmbito da sua atividade de fiscalização.

Da análise efetuada e anteriormente referida, o Conselho Fiscal é de opinião que:

- a) Os documentos de prestação de contas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Golden Assets;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão apresenta a evolução da atividade empresarial e da situação da Golden Assets, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Em resultado do trabalho desempenhado pelo Conselho Fiscal, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual da Golden Assets aprove:

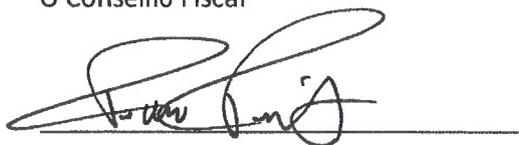
- 1) O Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2020;
- 2) A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão, conforme a seguir transcrita:

«... o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido negativo no montante de 321.182,58 € para resultados transitados.»

Finalizando o presente documento, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento pela muito boa colaboração que sempre recebeu do Conselho de Administração e dos responsáveis das várias áreas orgânicas da Golden Assets com quem se relacionou.

Porto, 29 de Junho de 2021

O Conselho Fiscal



Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel

(Presidente)



André Filipe Oliveira de Miranda

(Vogal)



Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho

(Vogal)